

Brasil vai crescer 4% este ano

■ Mas controle monetário dependerá de revisão constitucional e reforma tributária

Jamil Bittar — 16/06/93

A meta do governo para a economia é entregar ao próximo presidente “um navio com leme, um carro com volante, uma economia onde seja possível fazer política fiscal e monetária”. Assim o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, resume o caminho escolhido pela equipe econômica.

Quanto à inflação, o objetivo é fazer com que ela caia “gradualmente, mas com firmeza”. A única projeção que o secretário faz no cenário econômico é considerar “realista” a projeção de crescimento de 4% do Produto Interno Bruto este ano.

Embora declarando-se “de alma lavada como membro do governo e como cidadão” por causa da aprovação do Imposto Provisório sobre



Winston Fritsch: navio com leme

Movimentação Financeira (IPMF), Fritsch deixou claro que só será possível tomar pulso no comando da economia depois de uma efetiva reforma fiscal. E isso depende da revisão constitucional.

Única saída — “Defendo o IPMF como a única saída para segurar as contas do governo no segundo semestre. Mas defendo seu fim assim que conseguirmos aprovar uma reforma tributária global”, disse ele ontem, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fritsch responde com números aos que cobram do governo medidas na área monetária para provocar a queda da inflação: segundo ele, 40% do orçamento estão comprometidos com despesas constitu-

cionais; e quase a metade com a folha de pagamento.

“Não sobra nada para se fazer política monetária. Daí a necessidade da revisão constitucional e da reforma tributária. Só assim poderemos desatrelar a política fiscal das necessidades de financiamento do governo. E só nessas condições é possível exercer algum controle monetário.”

O secretário voltou a descartar qualquer tipo de choque, afirmando que a dolarização só é um assunto em voga por ser “o choque da vez”. Segundo ele, todos os passos importantes da política econômica estão previstos no Plano de Ação Imediata: abertura da economia, mecanismos antitruste e desregulamentação do mercado.